

Segundo a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores Medidas da República e da Região “não são remédio adequado” para fazer face à crise gerada pela pandemia

A Câmara do Comércio e Indústria dos Açores considerou, em comunicado, que as medidas nacionais e regionais criadas para mitigar os efeitos do COVID-19 “não abrangem todas as actividades” e a “intensidade e a forma dos apoios não são suficientes para, sequer, atenuar a situação criada”, além de a legislação “não é clara e de simples interpretação”.

Com estes pressupostos, a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores realça que, nas medidas nacionais para mitigar a crise, “não existem, até à data, medidas concretas e eficazes diferentes das que os empresários possam recorrer em condições normais”.

Entende o organismo que defende os interesses do sector empresarial regional que “todas as Linhas de Crédito têm que estar disponíveis urgentemente e apresentarem condições que se coadunem com uma situação de crise empresarial, como sejam taxas de juro que não devem sair do intervalo 0%-1%”.

Preconiza que o ‘Lay-Off’ simplificado que se encontra publicado “necessita de ser alterado com urgência, para que todas as empresas possam recorrer ao mesmo no imediato e de forma efectivamente simplificada, dada a forma como foi instalada a crise”.

A Câmara do Comércio e Indústria entende que “deve ser considerado o pagamento directo das retribuições aos trabalhadores pela Segurança Social” e que “devem ser criadas medidas adicionais de protecção para arrendamentos não habitacionais, como seja a isenção, com reflexo na renda, da retenção na fonte d valor de



Rodrigo Rodrigues, presidente da CCI

rendas durante o período de crise empresarial, como forma de baixar os encargos das empresas”.

Manutenção de 75% dos empregos para efeito de apoios?

O organismo é de opinião que as medidas adoptadas pela Região “devem abranger todos os sectores de actividade que estejam a sofrer impacto imediato e significativo da actual crise, por imposição e/ou impactos directos e indirectos”.

“Impõe-se, ao nível operacional, a desburocratização do processo de formalização

de candidaturas às várias medidas”, refere o organismo.

Sobre a ‘Medida extraordinária de apoio à manutenção do emprego para antecipação de liquidez nas empresas no mês de Abril de 2020, a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores é de opinião que “deve este apoio ser considerado por referência ao mês de Março e assumir a forma de fundo perdido, para fazer face às responsabilidades imediatas, não sendo o mesmo dependente de nenhuma outra condicionante”.

O organismo defende que o apoio a atribuir no âmbito do ‘Programa de Manutenção do Emprego’ “deve ser transformado em apoio não reembolsável, para as empresas que mantenham o nível líquido de emprego até ao final de 2020 entre 75% e 100%, sendo o pagamento do apoio proporcional ao nível de emprego mantido”. Quer, igualmente, que esta medida de apoio à manutenção do emprego “seja cumulativa com todas as restantes que as empresas queiram concorrer” e que o texto desta medida “seja revisto “para garantir a respectiva coerência entre os beneficiários e as respectivas condições de acesso”.

Medidas não passam “de um placebo”

No comunicado, a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores defende “uma política de intervenção à dimensão da crise” e considera que as medidas até agora anunciadas “não são um remédio adequado, não passando sequer de

um placebo”. Numa crise desta natureza, considera o organismo que defende os interesses dos empresários, o orçamento público “só pode ser secundarizado perante a imperiosa necessidade de não se deixar arruinar o sistema produtivo que nos dá a sustentabilidade dos sistemas sociais”.

Neste enquadramento, a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores refere que “tem assumido e continuará a assumir uma postura construtiva perante as autoridades regionais mobilizando todo o seu conhecimento para a resolução de problemas que estão muito para além de uma qualquer entidade individualmente”.

A Câmara do Comércio e Indústria dos Açores acaba transmitir “uma mensagem de confiança e de apoio a todos os empresários da Região que, neste período, têm sido um exemplo no cumprimento das regras emanadas pelas Autoridades de Saúde, assumindo, assim, um papel de elevada responsabilidade social que merece todo o nosso respeito”.

Considera que “esta é a altura de o Governo da República e o Governo Regional apoiarem, efectivamente, o tecido empresarial, com medidas concretas de acesso generalizado a todos os sectores de actividade afectados, de acesso imediato, para que as empresas possam superar esta fase crítica e manter um nível razoável de empregos”.

“A sobrevivência das empresas será a condição necessária para a recuperação da economia”, conclui. J.P.

Dívida dos Açores nos 1,9 mil milhões

“Estamos menos capazes e o pior está para vir”, afirma Mário Fortuna

A dívida bruta da Região Autónoma dos Açores tem vindo a crescer nos últimos quatro anos, atingindo os 1.956,6 milhões de euros em 2019, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estatística.

A dívida bruta dos Açores, excluindo a administração local, a dívida comercial e a dívidas das empresas públicas que não integram o sector das administrações públicas, cresceu nos últimos quatro anos na ordem dos 360,6 milhões de euros.

Em 2016, a dívida da Região tinha sido de 1.596 milhões de euros; em 2017 foi de 1.690,4 milhões de euros; em 2018 atingiu os 1.860 milhões de euros e, em 2019, atingiu os 1.956,6 milhões de euros.

Neste período de quatro anos, as transferências do Orçamento de Estado para o Orçamento da Região Autónoma dos Açores estiveram sempre a crescer atingindo em 2019 os 285,3 milhões de euros.

Ao longo dos quatro anos, as transferências do Orçamento de Estado para o Orçamento dos Açores aumentaram 23,4 milhões de euros.

As transferências do Orçamento de Estado para os Açores foram de 251,9 milhões de euros em 2016; de 250,5 milhões de euros em 2017; 259,3 milhões de euros em 2018; e de 285,3 milhões de euros em 2019.

É a confirmação dos valores que tínhamos. Isto quer dizer que os açores estão numa situação deficitária, enquanto as autarquias e a Madeira estavam numa situação excedentária.

Estes números significam que, ao longo destes anos, “não consolidamos a nossa posição financeira” e “quer dizer que estamos menos capazes para enfrentar esta nova realidade (pandemia provocada pelo covid-19)”.

Este nível de endividamento é já preocupante para os Açores? “Esta dívida vai ser uma minúcia comparada com aquilo que vem por aí abaixo”, responde Mário Fortuna.

E, em sua opinião, o que vem por aí abaixo? “O que vem é o agravamento muito significativo do endividamento a níveis que nós nunca conhecemos”, refere.

Porquê? “Porque o esforço que vai ser preciso desenvolver para a recuperação da situa-



Mário Fortuna: A economia “já está parada”

ção actual e a quebra de receita que vai gerar nos próximos tempos vai levar a que os déficits públicos atingem valores inimagináveis”, diz.

Comunga da opinião de que a situação de pandemia se vai agravar nos Açores e vai parar a economia. A pandemia, respondeu, “já parou a economia. Não é: vai parar. Já parou. E vai,

naturalmente, ter um impacto muito significativo na nossa economia à semelhança do que está projectado a nível nacional”, respondeu.

“Segundo a Universidade Católica a economia nacional deverá ficar abaixo dos 10 a 20%. Estamos a falar de 400 a 800 milhões de euros de quebra do VAP, do Produto Interno Bruto”.

“E, numa economia como a açoriana esta quebra representa o quê? “Representa, exactamente, uma quebra de 10 a 20% na economia regional este ano”, concluiu.

E, em 2021, a haver uma recuperação, vamos recuperar de que base? “Esperemos que, em 2021, já esteja tudo estabilizado. E a recuperação da economia açoriana vai depender muito do que vai acontecer na conjuntura externa. A nossa recuperação só pode acontecer pela recuperação do turismo. E a recuperação do turismo não é um factor que nós consigamos dominar directamente. Vai depender do que acontecer nas economias da Europa e dos Estados Unidos, para as quais os prognósticos não são muito favoráveis. O cenário não é bonito”, complementou Mário Fortuna. João Paz